

Imprensa e espaço urbano: a campanha do Jornal do Brasil pela urbanização da Barra da Tijuca (RJ) nos anos 1960

Press and urban space: The Jornal do Brasil campaign for the urbanization of Barra da Tijuca (RJ) in the 1960s

Rodolfo Teixeira Alves



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/pontourbe/10223>

DOI: 10.4000/pontourbe.10223

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Rodolfo Teixeira Alves, «Imprensa e espaço urbano: a campanha do Jornal do Brasil pela urbanização da Barra da Tijuca (RJ) nos anos 1960», *Ponto Urbe* [Online], 28 | 2021, posto online no dia 27 julho 2021, consultado o 31 julho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/10223> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.10223>

Este documento foi criado de forma automática no dia 31 julho 2021.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Imprensa e espaço urbano: a campanha do Jornal do Brasil pela urbanização da Barra da Tijuca (RJ) nos anos 1960

Press and urban space: The Jornal do Brasil campaign for the urbanization of Barra da Tijuca (RJ) in the 1960s

Rodolfo Teixeira Alves

NOTA DO EDITOR

Versão original recebida em / Original Version 17/11/2020

Aceitação / Accepted 22/04/2021

Introdução: o problema do futuro, no passado

- 1 Na pesquisa que realizei no mestrado¹, propus ver em algumas reportagens do Jornal do Brasil, publicadas entre 1966 e 1968, como uma ideia de futuro foi engendrada para a Barra da Tijuca nas páginas desse jornal. No esforço de melhor qualificar a discussão, apresentei alguns aspectos conjunturais, entre muitos, para justificar políticas de governo, sua avaliação pela opinião pública e como essa dinâmica mobilizou um modelo de cidade ideal para tratar o processo de expansão urbana para a Zona Oeste da cidade. Aprender essas reportagens em conjunto possibilitou observar de que forma, ao longo do período e no bojo da discussão, se formou uma “situação problemática” em torno da Barra da Tijuca. Daniel Cefai (2017) me ajudou a pensar a questão em termos de definição de um problema público, que deriva de uma “situação problemática” e mobiliza, no processo político, pessoas, grupos e instituições. Em situações

problemáticas, avaliar e circunscrever o problema, suas causas e efeitos, e atribuir responsabilidade para o seu tratamento são procedimentos fundamentais.

- 2 No desenvolvimento da pesquisa, a categoria “futuro” foi a que mais se destacou nos textos analisados. Ela organiza e justifica políticas públicas, está no cerne das críticas jornalísticas e nos documentos de governo. Pelo “futuro” e tudo que isso agrega, a imaginação e a própria realidade em questão são construídas através de símbolos e processos de significação do passado e das ações no presente. Ela forja, para falar como Clifford Geertz (2008), a “visão de mundo” dos agentes envolvidos. Diante dessa questão, o meu interesse não era mostrar como funcionários do governo e jornalistas imaginavam o futuro, e sim como, na dinâmica de propor e avaliar políticas públicas, esses agentes estavam construindo o futuro da Barra da Tijuca e ditando os rumos da expansão urbana do Rio de Janeiro.
- 3 O futuro, em sua aceção temporal, é um horizonte em aberto e em constante construção. A “experiência do tempo” na dimensão da prática dos agentes atuantes, segundo Bourdieu (2001, p. 255), relaciona expectativas e investimentos, que se orientam pelas tendências imanentes. Esse é um ponto importante porque coloca em perspectiva como, agindo em razão do futuro, os agentes projetam uma presença antecipada no presente imediato (*Ibidem*, p. 257). Reinhart Koselleck (2014, p. 190) avança nessa discussão quando incorpora os conceitos diagnóstico e prognóstico entre experiência e expectativa:

[...] O passado está contido em nossa experiência e pode ser verificado empiricamente. O futuro foge à nossa experiência e, portanto, não pode ser verificado. Mesmo assim, existem prognósticos que, com maior ou menor plausibilidade, podem ser transpostos da experiência para a expectativa. (*Ibidem*, p. 190)
- 4 O que chamou a atenção na pesquisa e como demonstro no texto, foi a relação entre experiências e expectativas, diagnósticos e prognósticos, que orientou as análises do Jornal do Brasil acerca da expansão da cidade para a Barra da Tijuca em meados dos anos 1960. Aqui, a experiência deve ser lida como a “memória da cidade”, onde cada momento histórico apresenta as interseções de processos sociais que se desenvolveram em diversas escalas (Abreu, 1998, p. 91). A expectativa, como veremos, tem a ver com a ideação de um futuro como espaço de resolução dos problemas delimitados no presente imediato, como antecipação de uma cidade ideal e antítese da “velha cidade” a se realizar na Barra da Tijuca.
- 5 O que está em perspectiva são processos de expansão e transformação urbana onde entram em jogo maneiras de construir, idealizar e significar territórios da cidade. Minha proposta é que em relação à Barra da Tijuca e toda região da Baixada de Jacarepaguá, o Jornal do Brasil, por ter organizado uma campanha jornalística pela urbanização dessa região, teve papel importante na justificação das políticas públicas e construção de imaginários simbólicos em relação ao futuro do Rio de Janeiro. Para isso foi fundamental, nas reportagens, mobilizar metáforas espaciais e temporais, tais como velho e novo, passado e futuro, desordem e planejamento, caos e paraíso, para delimitar alteridades urbanas entre aqui e lá, para circunscrever fronteiras simbólicas entre a velha e a nova cidade que deveria surgir na Barra da Tijuca.
- 6 Nos anos 1960, a memória da cidade do Rio de Janeiro se encontrava diante de uma controvérsia de grande impacto moral derivada da perda da capital para Brasília (Motta, 2001). Fez-se necessário reconstruir a cidade, em várias escalas, de forma a

corresponder aos anseios de modernidade vigentes naquele momento histórico, onde a face urbana encontrava em Brasília, a nova capital do Brasil, a sua principal expressão. Enquanto foi capital da república, até 1960, o Rio de Janeiro passou por sucessivas estratégias de modernização urbana encampadas pelo mercado e Estado (Jaguaribe, 1998, p. 120). Segundo Beatriz Jaguaribe, nessa dinâmica de atualização do novo e do moderno, a sucessão de modernidade se suplanta e “o que antes foi a configuração do novo torna-se datado” (*Ibidem*, p. 120).

- 7 No crescimento da cidade, a abertura de fronteiras urbanas também seguiu as premissas utópicas do futuro e da modernidade. A ocupação da Zona Sul atlântica no começo do século XX, como mostrou Julia O’Donnell (2013, p. 223), foi marcada por um estilo de vida de distinção praiana, inicialmente em Copacabana, depois na contiguidade dos bairros Ipanema e Leblon. A Barra da Tijuca aparece, nos anos 1960, como a continuidade dessa expansão pela orla atlântica, propagandeada como uma expansão da Zona Sul pela imprensa e por alguns empreendimentos imobiliários que começaram a surgir no bairro desde 1950.
- 8 O que se verificou nas reportagens do Jornal do Brasil a partir de 1966 foi que, no ímpeto de discutir qual seria o futuro dessa região que se abria à expansão da cidade, a associação com a Zona Sul se tornou um problema. A relação que começa a se estabelecer entre Barra da Tijuca e Zona Sul, em especial Copacabana, não é mais de continuidade e sim de superação. Em um contexto onde prevaleciam os ideais morais da boa cidade do urbanismo modernista, a ocupação de Copacabana passou a servir de modelo do que não fazer. O “caos urbano” de Copacabana, como o Jornal do Brasil qualificou, era precedente histórico do que deveria ser evitado na ocupação da Barra da Tijuca. Assim, pelo menos duas possibilidades de futuro eram colocadas em perspectiva em relação à ocupação da região da Baixada de Jacarepaguá. Ou seria a reprodução do passado, entregue à especulação imobiliária e cujo destino era inevitavelmente o “caos urbano”, ou a construção do futuro, que significava uma atuação do governo no sentido de estabelecer diretrizes, via um plano urbanístico, de como a Barra da Tijuca deveria ser.
- 9 Hoje, 52 anos depois, sabemos que o governo do antigo Estado da Guanabara agiu no sentido de investir na promessa de futuro que se formou em torno da Barra da Tijuca. O governo de Francisco Negrão de Lima (1965-1971) contratou o urbanista Lucio Costa, em 1968, para elaboração de um plano piloto com as diretrizes básicas para o desenvolvimento urbano daquela região. Apresentado em 1969 como o “Plano Piloto para a urbanização da baixada compreendida entre Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá”, com croquis acompanhado de um texto escrito pelo urbanista, esse documento era o símbolo de um “futuro” visto como promissor para a cidade. Busquei explicar o que, afinal, significava esse futuro.

Na bifurcação do “futuro”

- 10 A partir de 1966, uma série de reportagens da Editoria de Cidade do Jornal do Brasil colocou em questão a dinâmica de crescimento da cidade do Rio de Janeiro em direção à Barra da Tijuca, que naqueles anos ainda apresentava baixa densidade populacional e pouca infraestrutura urbana. Era uma área ampla, com uma paisagem de montanhas e praias, que fazia pensar como se manteve na condição de pouco habitada à revelia do restante da cidade, que enfrentava graves problemas de densidade populacional e

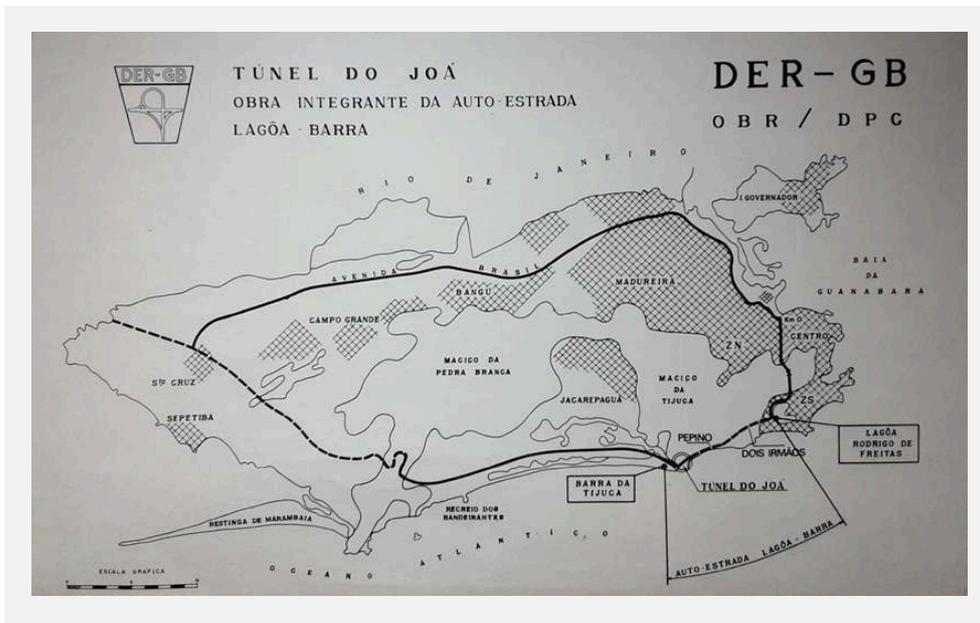
construtiva². A narrativa consensual, largamente usada pela imprensa e pelo governo, era que as dificuldades de acesso impostas pelos maciços da Tijuca e da Gávea impediram a ocupação urbana acelerada da região.

- 11 Embora a expansão para essas áreas fosse vista como natural e inevitável naquele momento, as obras rodoviárias que o governo vinha realizando, na medida em que qualificavam o seu acesso, impulsionavam também a sua ocupação. Os antecedentes históricos do crescimento do Rio de Janeiro não deixavam dúvidas sobre a importância que as obras públicas tiveram como vetor de expansão da cidade, pelo menos desde o começo do século XX. Em especial a Zona Sul, onde, na crônica jornalística, se destacava o bairro Copacabana como exemplo de uma ocupação urbana problemática³. Diante do inevitável crescimento para a Barra da Tijuca, o bairro da Zona Sul se tornou, então, um modelo de condição urbana a ser evitada nas novas áreas.
- 12 O conjunto de obras públicas implementadas na cidade nos anos 1960 circunscreve um período de amplas mudanças no Rio de Janeiro, que encontrou nas transformações do espaço urbano a sua principal expressão. A primeira mudança foi político-administrativa. Depois de 197 anos, o Rio deixou de ser capital da república em 1960, perdendo o posto para Brasília, cidade construída com o propósito de ser a nova capital (Holston, 2010). Essa mudança entrou para a historiografia como uma “perda” por ter desencadeado uma crise moral no Rio de Janeiro (Motta, 2001).

Em contraste com Brasília, que foi especialmente planejada, no final dos anos 50, como capital modernista, o Rio de Janeiro acumulou um repertório variado como capital do vice-reinado em 1763, capital do Império independente do Brasil em 1822, e finalmente capital da República de 1889 até os anos 1960. Com a República, a equiparação entre nação e modernidade se espelhou nas sucessivas estratégias de modernização urbana da cidade-capital. (Jaguaribe, 1998, p. 120).
- 13 Após a transferência da capital para Brasília, o destino da cidade do Rio de Janeiro foi tema de intenso debate na opinião pública, envolvendo políticos, intelectuais e a imprensa. Destacava-se a centralidade cultural que a cidade exercia por reunir importantes instituições culturais, educacionais e econômicas de caráter nacional. A síntese dessas discussões era que por mais que tivesse perdido a condição legal de capital para Brasília, o Rio de Janeiro deveria reafirmar a sua *capitalidade* e continuar a exercer “função precípua da cidade-capital, qual seja, a de encarnar a síntese da nação, para além de uma dimensão político-administrativa” (Motta, 2001, p. 88).
- 14 Depois de muito debate sobre o seu futuro, o Rio de Janeiro se reconstituiu como Estado da Guanabara, resguardando assim os limites geográficos da cidade que renasceu como unidade federativa. Com outro estatuto jurídico-administrativo, agora como uma cidade-estado, o espaço urbano se tornou o principal objeto de ideação de futuro. A superação da “perda” se forjou, portanto, com um amplo conjunto de obras públicas, com a reforma da infraestrutura da cidade. Para continuar existindo como um Estado importante da federação, foi necessário formar um “horizonte de expectativas” (Koselleck, 2006) como recurso de superação. Assim era possível projetar e construir o futuro no presente, preencher a experiência de esperança, desejo e vontade.
- 15 No bojo da superação da perda, como caminho de consolidação econômica do Estado, o projeto de industrialização da Guanabara levou o poder público a abrir novas frentes de crescimento e ocupação territorial. Havia uma vontade de modernização que correspondia a cultura política dos anos 1960 (Ridenti, 2003) e valia para justificar as políticas do governo. Adrián Gorelik (2005, p. 117) mostrou como, nesse contexto, as

idades latino-americanas serviram de laboratório para experimentação de teorias de modernização. O autor argumenta que “a cidade começa a ser vista como motor da modernização social, em íntima relação com as forças produtivas e com a consolidação dos poderes políticos centralizados”.

- 16 Foi nesse ambiente de desejo de modernidade que se constituiu, no Estado da Guanabara, ampla política de governo voltada para promover, entre outras medidas, a construção de novas rodovias e túneis para a integração do território. Essa ideologia da incorporação estava baseada na retórica do vazio e da subutilização de áreas como a Zona Oeste, que estaria disponível para os projetos de crescimento territorial e econômico do Estado.
- 17 No período de vigência do Estado da Guanabara (1960-1975), a cidade-estado teve três governadores que, independentes de orientação política, deram continuidade a essa agenda de obras. Para as pretensões e limites deste artigo, gostaria de destacar o governo de Francisco Negrão de Lima (1966-1971). Eleito em 1965 pelo Partido Social Democrático (PSD) com 582.026 votos (52,68%), sua vitória, somada a sua trajetória política⁴, representava uma derrota para os militares que governavam o país desde a instauração da ditadura civil-militar em 1º. de abril de 1964. Após a controvérsia se os militares deixariam ou não o candidato eleito exercer sua gestão, Negrão de Lima ocupou o cargo até março de 1971.
- 18 Seu antecessor, Carlos Lacerda, foi o precursor da política de reconstruir a Guanabara a partir do espaço urbano. Foi o primeiro governador eleito do Estado pela UDN (União Democrática Nacional) e governou de 1960 a 1965. Sua principal bandeira política era “reconstruir a cidade e formar o estado”, investindo no “abastecimento de água, ordenamento do espaço urbano e educação” (Motta, 2001, p.137). Com vultosos investimentos, com dinheiro oriundo da dupla arrecadação de impostos (municipais e estaduais) que a Guanabara tinha direito como cidade-estado e alguns empréstimos internacionais, Lacerda deu início à transformação da Guanabara, buscou construir uma nova identidade para a cidade-estado e indicar os rumos de seu desenvolvimento.
- 19 Mesmo que estivesse em campo político oposto de seu antecessor, Negrão de Lima assumiu o governo e garantiu a continuidade das obras. Sua gestão, aliás, se caracterizou pelo amplo investimento para expandir a Guanabara para as áreas consideradas como pouco habitadas. Marcos Bezerra (2017) salientou como durante a ditadura civil-militar brasileira um “mercado de obras públicas” foi formado, que independente da inclinação ideológica de cada governo os vínculos entre construtoras e Estado eram mantidos. Essas empresas assumiram papel central nos projetos do Estado, tirando proveito das obras públicas como fonte de crescimento econômico.
- 20 Na gestão de Negrão de Lima, a Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN) e o Departamento de Estrada de Rodagem (DER), órgãos subordinados à Secretaria de Obras Públicas, se constituíram como centrais para a agenda política de sua administração. Como força motriz do Estado, essas instâncias do governo concentraram recursos públicos para a construção de grandes vias de ligação rodoviária, abertura de túneis e alargamento de avenidas. Nessa “febre de obras novas”, o Anel Rodoviário era seu principal projeto. O trecho da Autoestrada Lagoa-Barra incorporava a Baixada de Jacarepaguá e abria um campo de possibilidade para o Rio de Janeiro “planejar uma nova cidade dentro de seus próprios e restritos limites geográficos” (DER, 1970).



Mapa do Anel Rodoviário, com destaque para o trecho da Autoestrada Lagoa-Barra. 1970.

Fonte: DER-GB

- 21 A autoestrada dava acesso qualificado à Barra da Tijuca. Antes, a única maneira de acessar a região, pela Zona Sul, era através da Av. Niemeyer, com curvas sinuosas e condições para trânsito de poucos veículos (Jornal do Brasil, 28/1/1970). Composto pelos túneis do Joá, Dois Irmãos e Pepino, elevado da encosta do Joá e ponte da Lagoa da Tijuca, o projeto foi orçado em diferentes etapas e custou milhões de cruzeiros novos (moeda da época) pagos às empreiteiras contratadas para a construção. Tinha como planejamento de realização os anos da gestão de Negrão de Lima, de 1966 a início de 1971. Seus benefícios estavam no plano econômico e favoreciam o projeto de industrialização da Guanabara. Além de melhorias na circulação rodoviária interna, o Anel Rodoviário ligaria, com a construção da BR-101, o porto do Rio ao de Santos (SP), configurando uma conexão interestadual integrante do Plano Nacional de Viação do Governo Federal, de onde recebeu recursos para sua execução. Segundo publicação do Departamento de Estrada de Rodagem:

As razões históricas estão praticamente superadas, pois é irreversível o consenso da necessidade de abrir novas áreas de expansão; assim como não há dúvida de que a Planície de Jacarepaguá é a região indicada para tal expansão, pois com sua integração permitir-se-á a implantação de uma nova cidade, mais do que um simples bairro como timidamente imaginavam os afoitos iniciais. (DER, 1970)

- 22 Em 1970, a discussão sobre o destino da Baixada de Jacarepaguá já estava avançada e apresentava alguns resultados. Naquela altura o governo de Negrão de Lima já tinha encomendado ao arquiteto Lucio Costa um plano de urbanização para a região, entregue publicamente em abril de 1969 como marco fundador da “nova cidade” que cresceria na Barra da Tijuca. O arquiteto, que havia se notabilizado no campo da arquitetura e urbanismo modernista com o projeto de Brasília, apresentou também à Guanabara o seu plano de capital moderna do Estado. O seu plano piloto foi apresentado pela imprensa como a solução para o “caos urbano” que caracterizava a cidade naquele momento (Jornal do Brasil, 29/4/1969).
- 23 Pensar as políticas de expansão do Rio de Janeiro para a Baixada de Jacarepaguá em meados dos anos 1960 a partir da imprensa abre outro caminho metodológico para

compreender a proposta do plano piloto de Lucio Costa e o desenvolvimento urbano da região⁵. Sugere que o jornalismo colabora na construção de imaginários urbanos que implicam na produção simbólica e material do espaço, mobilizando governos e políticas públicas. Nesse sentido, o recente trabalho de Ana Carolina Balthazar (2020) que analisou matérias do jornal O Globo à época, apresenta como o projeto da Barra da Tijuca foi construído em torno da ideia de “progresso” do Rio de Janeiro. A autora discute concepções de passado, presente e futuro mobilizadas pelo jornal, apontando a complexidade temporal que permeou as políticas e empreendimentos imobiliários no bairro.

- 24 De minha parte, ressalto a atuação do Jornal no Brasil nesse processo com a sua campanha pela urbanização da Barra. Argumento que tal campanha definiu conceitualmente o tratamento que deveria ser dado à região, destacando suas possibilidades para o futuro do Rio de Janeiro, e reivindicou do governo a realização desse projeto (Alves, 2020). Para isso, foi fundamental reenquadrar o próprio passado, remontar na memória da cidade os “erros” que justificavam a condição urbana problemática que o presente imediato enfrentava. Diante dos diagnósticos, o futuro se oferecia como uma bifurcação: ou seria a reprodução caótica do passado, assumindo a imagem do “caos urbano” de Copacabana, ou seguiria os rumos do “progresso”, que coloca em perspectiva a superação moral, social e econômica do Rio de Janeiro, que ganharia uma capital moderna erguida na Barra da Tijuca.

Jornal do Brasil: produzindo o futuro da Barra da Tijuca

- 25 A Barra da Tijuca, à revelia das dificuldades de acesso, já vinha se consolidando como uma região atrativa para o mercado imobiliário desde os anos 1950. Era um balneário com poucas casas, alguns prédios, restaurantes e clubes, que atraíam cada vez mais as famílias da Zona Sul carioca em busca de lazer e espaços de sociabilidade. O bairro já era propagandeado como um lugar de refúgio à vida agitada da cidade. A rápida valorização de seus lotes era dada como certa, com seu “cenário deslumbrante” de harmonia do mar com montanhas (O Globo, 2/5/1950).
- 26 Essa paisagem bucólica, embora fosse seu principal atrativo, estava mudando. Já se observava certa “urbanização moderna” com saneamento, energia elétrica e telefone (O Globo, 2/5/1950). Em 1956, investimentos públicos eram feitos em “obras de urbanização das praças, avenidas e ruas” (O Globo, 28/1/1956). Considerada uma continuidade da Zona Sul, já era propagandeada como a região “de maior futuro do Estado” (Jornal do Brasil, 9/10/1956). Dez anos depois, em meados de 1966, essa ocupação urbana inicial da Barra da Tijuca se tornou um problema.
- 27 Se a falta de acesso qualificado não impediu o início de ocupação urbana na Barra da Tijuca, a construção da autoestrada Lagoa-Barra a partir de 1966 fazia crer que a sua ocupação se intensificaria dali para frente. Essa dedução, baseada na avaliação de processos históricos de crescimento do Rio de Janeiro, abriu um campo de discussão sobre as consequências das obras do governo, medidas em torno da importância daquela área para a expansão da cidade. É nesse momento que a noção de continuidade da Zona Sul ganha outro sentido para além da distinção praiana, e passa a significar, também, um exemplo de ocupação urbana desordenada. A especulação imobiliária passa a ser, então, uma ameaça. Com um território medido como quatro vezes maior

que Copacabana, Ipanema e Leblon juntos, a ocupação da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá já era vista como inevitável. E era Copacabana, com seus problemas demográficos, a principal referência do que poderia acontecer com a Barra da Tijuca caso sua ocupação não fosse planejada.

- 28 Como é mobilizada nas reportagens da campanha, a categoria planejamento significa, grosso modo, a promoção de normas para a expansão e ocupação do solo urbano, com o objetivo de travar os impulsos individuais e especulativos sobre a construção do espaço. Tal medida é enquadrada como de interesse geral e cabe ao poder público promovê-la. Segue o pressuposto da antecipação e coloca em perspectiva problemas que podem vir a acontecer. Está imbuída de valores morais de uma cidade ideal e de que maneira o espaço urbano deve ser tratado, dividido, racionalizado, na medida em que suas funcionalidades são prescritas. Os desígnios de um planejamento têm como referência a história da cidade, onde o entendimento dos vetores do crescimento urbano auxilia na definição e explicação dos “erros” que tal planejamento deve evitar.
- 29 Nesse contexto dos anos 1960, o planejamento urbano tem a forma de um plano piloto. É clara a absorção das teorias do urbanismo modernistas criadas na Europa desde os anos 1930, no âmbito do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. No Brasil, um grupo de intelectuais modernistas, a partir dos anos 30 do século passado, ganhou abertura em governos ávidos em investir na modernização do país. Lucio Costa, no campo da arquitetura e urbanismo, se destacou como expoente propagador desse ideário modernista, que assumiu seu ápice com a construção de Brasília, projeto que ele assinou o plano piloto.
- 30 O plano piloto é a ferramenta teórica que dá as diretrizes para ação prática. Estabelece os métodos de disciplinamento do crescimento e ocupação de uma região. No contexto analisado, esse trabalho é requisitado a um urbanista, Lucio Costa, que gozava de credibilidade diante da opinião pública e cuja trajetória, além das relações políticas que mantinha, legitimava a sua capacidade para tal propósito. Um plano é constituído por diagnóstico e prognósticos, por avaliação e projeção; carrega a marca do planejador pelo seu princípio de ideação, pela criatividade que o destaca, com textos e desenhos, meios pelos quais estabelece critérios construtivos, nível de gabarito e como determinada área deverá ser ocupada. O plano constrói um campo de intervenção na medida que projeta uma “ação de transformação de uma determinada superfície material através de um desenho” (Paterman, 2017, p. 54). Ele cria “uma brecha fundadora do espaço, demarcando-o em termos de antes e depois” (*Ibidem*, 2017). O espaço é portanto apropriado em termos de funcionalidade, para então “cumprir funções específicas que variam segundo as necessidades das organizações sociais de cada época” (Rezende, 1982, p. 19).
- 31 O futuro da Barra da Tijuca passou a ser tratado como um problema público. Daniel Cafaï (2017) aponta que um problema público se define a partir de uma “situação problemática”. Tal situação, segundo o autor, constrói um processo político, mobiliza pessoas, grupos e instituições, onde se percebe e avalia consequências negativas para a coletividade. Nesses termos, definir um problema opera uma dinâmica de determinar causas, fatores e atribuir responsabilidades (*Ibidem*, p. 188). Forma uma arena pública de avaliação, argumentação, de crítica e interpelação dos poderes públicos; a “situação problemática envolve um esforço de resolução” (*Ibidem*, p.189). Cafaï argumenta que é a partir dos “dispositivos simbólicos” – que operam “mediações organizacionais” – que um problema ganha consistência e foco da atenção pública (*Ibidem*, p. 193).

- 32 A construção de uma “situação problemática” e seus procedimentos de definição de um problema auxilia teórica e metodologicamente a entender o papel do Jornal do Brasil nas discussões acerca do futuro da Barra da Tijuca. Com reportagens publicadas com um posicionamento de denúncia e reivindicação, o jornal construiu uma campanha pela urbanização da região, movimento que delimitou conceitualmente como a Baixada de Jacarepaguá deveria servir ao crescimento da cidade, ressaltando sua importância na geografia do Rio de Janeiro.
- 33 É provável que um dos primeiros esforços avaliativos sobre a condição da Barra da Tijuca seja o texto “Anel rodoviário vai casar Rio com o progresso” (Jornal do Brasil, 15/12/1966), onde o jornalista Luís Paulo Coutinho⁶ argumenta que:
- Saturada Copacabana e o restante da Zona Sul, com a maior densidade populacional do Rio, a Barra da Tijuca já vem, há alguns anos, atraindo cada vez mais a atenção de uma parcela mais rica da população que começou a ocupar, não obstante a dificuldade de comunicação representada pela sua única via de acesso pela Zona Sul – a Av. Niemeyer – que não é própria para um tráfego intenso, principalmente de coletivo. [...] Mesmo assim já existem, ligando à ZS, algumas linhas de ônibus, o que vem atraindo também uma parcela já considerável da população de menor poder aquisitivo, o que equivale a considerar aquela área como em vias de rápida ocupação. A construção do *free way*, com dois novos túneis que têm o objetivo de dar condições de tráfego mais rápido e de primeira categoria para o acesso à Barra da Tijuca, eliminando os trechos acidentados da avenida Niemeyer, fazer prever, tal como ocorreu com Copacabana com a abertura dos túneis que lhe possibilitaram acesso, uma ocupação rápida da Barra e provavelmente mais fulminante ainda do que a que ocorreu com Copacabana, pois atrativo não lhe faltam, inclusive belas praias. (Jornal do Brasil, 15/12/1966)000000000000
- 34 O trecho destacado reúne o argumento central que vai atravessar os textos seguintes do jornal sobre o assunto. Tendo como referência o crescimento de Copacabana, indica que a Barra da Tijuca já vinha sendo ocupada e que, com as obras do governo, a ocupação do bairro se intensificaria ainda mais. A reportagem, no geral, levanta algumas questões sobre a situação, mas não aponta uma solução para o caso. O que estava em perspectiva era que grande área da Baixada de Jacarepaguá abriria “amplas possibilidades sociais e econômicas” para o Estado da Guanabara.
- 35 A sequência de textos publicados no Jornal do Brasil sobre o assunto reiteram os argumentos mobilizados pelo jornalista. Engenheiros vinculados aos órgãos do Estado começam a depor nas páginas do JB acerca do que seria feito na Baixada de Jacarepaguá. Surge uma série de intenções que colocavam em perspectiva as consequências econômicas da abertura da Baixada de Jacarepaguá, com foco nas obras rodoviárias do governo e menos com as implicações urbanísticas delas (Jornal do Brasil, 1/2/1967).
- 36 A retórica da expansão urbana, tal como mobilizada nas reportagens, constrói o imaginário de uma cidade dividida. Circulava o entendimento de que havia áreas rurais contíguas à área urbana, e que estas estariam disponíveis para o crescimento da cidade. O Anel Rodoviário era, nesse sentido, o principal vetor da expansão e integração da Guanabara. Através dele as áreas como a Baixada de Jacarepaguá, “região pouco habitada do Estado”, seriam anexadas “às áreas já desenvolvidas” (Jornal do Brasil, 15/12/1966).
- 37 Luís Paulo Coutinho voltou a escrever sobre o assunto na reportagem “Baixada de Jacarepaguá condenada aos erros da Zona Sul se não tiver planos” (Jornal do Brasil, 12/11/1967). Nesse texto, já defende a necessidade de um plano urbanístico para

ordenar a ocupação daquela área. Seu argumento reitera a expansão destacando suas consequências urbanísticas e reivindica “decisões urgentes que o Governo deverá tomar em relação àquela área, se não quiser ser responsabilizado, no futuro, pelos mesmos erros que foram legados hoje a Copacabana”. Acusa o governo de “omissão” diante da necessidade de apresentar um “planejamento integrado para ordenar a ocupação urbana que fatalmente será vertiginosa em menos de três anos” (*Ibidem*). A categoria “omissão” é importante na avaliação do problema. Ela interpela uma medida do poder público sobre o caso em questão e aponta os malefícios caso o governo permanecesse inerte diante das consequências avaliadas. A solução estava no estabelecimento de um “planejamento integrado”, onde constariam as diretrizes de ocupação do solo e níveis para as edificações.

- 38 Nas discussões que seguem nas páginas do JB, o assunto não é tratado como uma questão local, como um caso particular da Baixada de Jacarepaguá; é alçado como um problema de toda a cidade. O governo respondeu com a criação de uma Comissão Executiva de Projetos Especiais (CEPE), pensada inicialmente para “organizar o turismo na Baixada de Jacarepaguá com suas lindas praias”. Após as críticas da opinião pública, que apontava o erro de tratar a região apenas por seu aspecto turístico, a CEPE passou a ter a missão de “organizar a ocupação urbana de toda aquela área de cerca de 100 km quadrados [...] ante a inevitável invasão que certamente ali se processará nos próximos cinco anos” (Jornal do Brasil, 11/2/1968).
- 39 Segundo o JB, o Rio de Janeiro vinha deixando os problemas para o futuro (Jornal do Brasil, 2/6/1968). Essa previsão tem lastro na experiência do presente vivido, no entendimento de que os problemas enfrentados derivam de um passado de sucessivos descuidos governamentais em relação ao espaço urbano. O que está em questão, nesse sentido, é o próprio reenquadramento da memória urbana da cidade, uma revisão seletiva do passado, que ressignifica projetos de governos e avalia seus efeitos no presente. É aqui onde a categoria “legado”, conforme é mobilizada nas reportagens, ganha força na argumentação conforme entrelaça passado e futuro. Ela expressa a presença do passado no presente, coloca em perspectiva no espaço os tempos anteriores simultaneamente (Koselleck, 2006, p. 311) para pensar os futuros possíveis via presentificação. Assim, se faz presente no futuro, através da imersão no porvir, e traz o futuro para o presente imediato, com a presença antecipada (Bourdieu, 2001. p. 257).
- 40 A presentificação do futuro abre precedentes para responsabilizar o governo pelos legados para a posteridade. O futuro está em aberto, é imprevisível e contingente, embora os diagnósticos feitos apontem tendências baseadas na avaliação de repetições e constâncias do processo. É o que Koselleck (2014, p. 194) chamou de “repetibilidade estrutural”. Entre tendências e prognósticos, as análises do Jornal do Brasil sobre a Barra da Tijuca insistiam na bifurcação dos futuros em jogo. Nesse sentido, é ilustrativo o argumento de Maurício Nogueira Batista, do Instituto dos Arquitetos do Brasil:
- Copacabana é um exemplo de problema que nos foi legado. Permitiram que naquele bairro se desenvolvesse um processo de exploração imobiliária. Não houve, portanto, planejamento no momento oportuno. Agora temos a Barra da Tijuca e toda a grande Baixada de Jacarepaguá. Se não lhe dermos normas para se desenvolver, ela tenderá a se transformar numa área densamente povoada com problemas gravíssimos. (Jornal do Brasil, 11/2/1968)
- 41 As palavras “legado” e “agora” situam temporalidades diferentes sobre o mesmo problema e servem, como se correlacionam no argumento de Maurício Nogueira

Batista, para indicar providências para a Barra da Tijuca. Correlacionadas, essas palavras colocam os leitores diante da bifurcação do futuro da região. Os imaginários simbólicos em questão são forjados pelo paralelo estabelecido entre Copacabana e Barra da Tijuca, relação que constrói a alteridade e justifica as tendências visadas. Caberia providenciar “normas” para construir o seu futuro livre dos “problemas gravíssimos” do passado.

- 42 Essa torna-se a principal questão na sequência das reportagens do Jornal do Brasil, que assumiu uma postura mais crítica e reivindicativa em relação ao governo. Os textos, periodicamente, começam a construir a imagem de um futuro ameaçado na Barra da Tijuca, apontando para o risco da repetição dos erros do passado. Acusa o que chamou de “invasão anárquica”, apontando que havia favelas e conjuntos residenciais desordenados “ameaçando o futuro de uma área de grande importância para o desenvolvimento do Rio” (Jornal do Brasil, 2/9/1968). O jornal defende, mais uma vez, a necessidade de um planejamento para travar a aglomeração de edifícios, dizendo que “Os técnicos em urbanismo e administração, até agora, desconhecem a melhor política a seguir” (*Ibidem*).
- 43 Aos poucos a hipótese de um plano de urbanização para a Barra da Tijuca (como antídoto à tendência de um legado problemático) vai sendo desenhado. Não havia indícios de uma mobilização do governo nesse sentido, mesmo que uma comissão tenha sido criada para esse propósito. O Jornal do Brasil continuou denunciando o problema, alertando que a “falta de planos ameaça o futuro da Barra da Tijuca”. Lá, onde os urbanistas queriam construir um “bairro moderno”, segundo o jornal, já estava “condenada a viver como mais um aglomerado de edifícios, ruas e avenidas sem qualquer planejamento” (Jornal do Brasil, 2/9/1968).
- 44 Favela, invasão e desordem são categorias tratadas na narrativa jornalística como sinônimos, elas organizam o imaginário de ameaça que a Barra da Tijuca supostamente estava submetida. O bairro estava “comprometido urbanisticamente devido à omissão do Estado”, aponta o JB. A acusação do jornal de omissão do governo era no sentido de que ele pouco fazia para levar à frente a proposta de um plano de urbanização para a Barra. A CEPE, encarregada de traçar um plano urbanístico para a região, “nada fez até agora de concreto e não dispõe sequer de uma sala para se instalar” (Jornal do Brasil, 2/9/1968).
- 45 Nesse imaginário de ameaça, favela era a categoria que naquele contexto mais agregava noções morais de desordem urbana. Era a palavra metafórica da “invasão anárquica”. Em um desses casos, para pintar de realismo o seu argumento, o JB mobilizou o depoimento de Valter Lopes de Lima, 25 anos, que morava com a esposa e quatro filhos “numa casa de pau a pique de dois cômodos na favela da Restinga” (Jornal do Brasil, 2/9/1968). Valter era exemplo, segundo o JB, “dos mil favelados que chegaram à Barra muito antes de qualquer obra ou planejamento do Estado”. Nessa reportagem do dia 2 de setembro de 1968, a favela aparece como reflexo do próprio crescimento do bairro, como local de moradia dos trabalhadores da região, aqueles que ocupavam funções de garçons, cozinheiros e porteiros “das dezenas de hotéis, bares, restaurantes e boates”. O trecho a seguir, retirado da mesma reportagem, caracteriza bem a dinâmica de crescimento do bairro:

Ninguém sabe o que será a favela, mas os moradores costumam dizer que, “quando mais granfino chegar, mais ela vai aumentar”. Para os urbanistas, tudo isto é apenas o sintoma do que poderá ocorrer no futuro a toda a Baixada de Jacarepaguá, se o

Estado não sair da sua omissão atual para um planejamento radical da área. (Jornal do Brasil, 2/9/1968)

- 46 A questão se coloca entre o entendimento técnico-político dos urbanistas e a lógica de crescimento local que vinha se processando. Eram os urbanistas que teriam condições de apresentar uma proposta para travar a “invasão anárquica” e propor um planejamento que indicasse o melhor aproveitamento daquela promissora área do Estado. O jornal convidou o urbanista Durval Lobo, da pós-graduação de urbanismo da Escola de Agricultura (UFRJ), para considerar a questão. Segundo ele, “o planejamento urbanístico da Baixada de Jacarepaguá deveria ser feito em função do planejamento global do Estado [da Guanabara]. A área teria de ser estudada em função das demais áreas do Estado” (Jornal do Brasil, 2/9/1968).
- 47 A solução para salvar a Barra da Tijuca estava no “traçado técnico” de um urbanista. Essa é a bandeira do Jornal do Brasil, defendida constantemente nas reportagens seguintes. O jornal passa a instigar o governo a apresentar, com urgência, uma proposta de planejamento urbano para a Baixada de Jacarepaguá. A aposta em um plano de urbanização, tal como é defendida na narrativa do jornal, era a única maneira de resguardar as promessas de futuro que existiam para a Barra e seu entorno.
- 48 No dia 3 de setembro de 1968, o governo anunciou que a CEPE ganharia uma sala para iniciar os trabalhos. O jornal informa que, segundo o presidente da CEPE, Carlos Laet, a atitude do governo era consequência direta da reportagem publicada pelo JB “criticando o crescimento desordenado da Barra da Tijuca” (Jornal do Brasil, 3/9/1968). O governador Negrão de Lima também ganha voz na matéria, disse que as críticas eram “inteiramente justas”, mas considerava “impossível estabelecer um novo traçado urbanístico para a Barra da Tijuca, uma vez que a demolição das casas existentes traria muitas despesas ao Estado” (Jornal do Brasil, 3/9/1968).
- 49 Na mesma edição, mais uma vez o governo é acusado de omissão. No editorial “Omissão”, o JB escreveu: “Na Barra depositam os cariocas as melhores esperanças de dotar o Rio de uma fase onde se espelhe o próprio futuro” (Jornal do Brasil, 3/9/1968). Lá, caso planejado seu crescimento, se faria uma “nova concepção de vida urbana”. Era preciso “providências preventivas [...] indispensáveis para evitar ali a repetição de tudo que ameaça o Rio de reincidir nos erros que afligem a sua vida diária” (*Ibidem*). Visto como diante uma “guerra”, o governo foi criticado pela pouca atuação que vinha tendo, por ter negligenciado até aquele momento “a grande oportunidade que ainda tem o Rio de ser uma cidade aberta para o futuro” (*Ibidem*).
- 50 No dia 4 de setembro o JB publicou, mais uma vez, uma nota do urbanista Maurício Nogueira Batista para informar que o Instituto dos Arquitetos do Brasil pretendia estudar a situação da Barra da Tijuca. Segundo Maurício, “não só a Baixada [de Jacarepaguá] como um todo o Rio está se desenvolvendo sem qualquer orientação urbanística”. Só um planejamento salvaria aquela grande área do “caos urbano que se verifica em outras zonas já urbanizadas” (Jornal do Brasil, 4/9/1968). Na mesma edição, outro editorial vem reforçar a opinião do jornal acerca da omissão do governo. Em “imprevidência” o jornal critica a postura de Negrão de Lima, que se mostrou reticente com a proposta de um plano de urbanização integral da Barra da Tijuca e vinha traçando “estratégias de turismo” para a região dentro da CEPE. Isso expressava, segundo o editorial, a “falta de visão” que o governo tinha em relação àquela “área vital à sobrevivência do Rio, como metrópole” (*Ibidem*).

- 51 A periodicidade da discussão, entre matérias e editoriais do JB, merece destaque e atenção. Faz parte da temporalidade da discussão pública, que coloca em pauta um assunto representado como de interesse comum da população carioca. Nessa discussão, mobiliza-se a argumentação de técnicos, políticos e populares, cuja opinião forma e dá base à intervenção urbanística naquela região. A insistência na pauta e a responsabilização do governo pelos erros previstos é uma estratégia argumentativa no sentido de mobilizar a ação do poder público para um problema público. Chama a atenção as categorias mobilizadas, carregadas de concepções morais sobre a maneira mais adequada de organizar o espaço urbano. A ideia do planejamento surge como antídoto para a suposta desordem, para as “invasões anárquicas” metaforizadas pela favela. Essas questões que vinham ameaçando o futuro daquela promissora área de expansão da cidade só seriam resolvidas mediante um plano urbanístico que, com um “traçado técnico”, indicaria as melhores condições de desenvolvimento da região.
- 52 A campanha do Jornal do Brasil por um plano de urbanização da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá seguiu até o anúncio, publicado pelo jornal no dia 12 de setembro de 1968, de que o urbanista Lucio Costa faria o tão reivindicado plano. No dia seguinte, com o editorial “Pé direito”, o JB afirmou que “A escolha do grande arquiteto e urbanista Lucio Costa para fazer o planejamento da região da Barra da Tijuca é uma decisão auspiciosa do Governo da Guanabara” (Jornal do Brasil, 13/6/1968). O texto destaca a figura do urbanista como um “extraordinário artista, respeitado e conhecido no mundo inteiro”. Como principal projeto de Lucio Costa, Brasília é lembrada no editorial como a “primeira grande urbe construída para a vida contemporânea, é uma das maiores obras de arte da criação humana”. Brasília indicava um modelo de modernidade urbana que deveria ser seguido pelo Rio de Janeiro. Contratar o mesmo urbanista da capital federal legitimava, portanto, ainda mais a proposta de urbanizar a Barra da Tijuca, e reforçava o imaginário de que naquela região se construiria o Rio do futuro. A Barra da Tijuca é forjada como a capital moderna da Guanabara, noção que retorna a toda a questão moral da perda da capital federal, e segue como aposta de superação da perda e afirmação da *capitalidade* defendida. A contratação de Lucio Costa, além do forte apelo comercial que trouxe para região, prescreveu sobretudo questões simbólicas.

Considerações finais: da promessa à realização

- 53 A produção do futuro coloca em ação indivíduos, grupos, instituições, governos e uma série de outros agentes atuantes no jogo. Quando se trata de um problema público, definido como tal, a reivindicação de uma solução é reclamada ao poder público representado pelos “operadores da ação pública” (Cefai, 2017, p. 199). Na dinâmica de definir um problema, de circunscrever uma “situação problemática”, o procedimento fundamental é o diagnóstico, através do qual se delimitam causas e efeitos, se estabelecem paralelos históricos para pensar prognósticos e tendências como solução (Koselleck, 2014). Como uma experiência de tempo, construir um problema público implica presentificar o futuro em dois níveis: pela imersão no porvir e pela antecipação do futuro no presente imediato (Bourdieu, 2001).
- 54 No caso da Barra da Tijuca e de toda expectativa criada nas páginas do Jornal do Brasil sobre a região, entre diagnósticos e prognósticos, vimos a discussão caminhar para um futuro bifurcado. As tendências eram visadas em termos de “repetibilidade estrutural”,

com a repetição dos erros do passado, ou a construção de uma “nova cidade”, que surgiria como superação da “velha cidade” caótica, como insistia o JB. Era na Barra que os cariocas depositavam, de acordo com o jornal, as melhores esperanças de dotar o Rio de uma fase onde se espelhe o próprio futuro” (Jornal do Brasil, 3/9/1968).

- 55 A presentificação do futuro mobiliza os agentes à ação, leva à elaboração de planos, de um conjunto de metas, delimita prazos e responsáveis. É assim que promessas, expectativas, esperanças individuais e coletivas materializam-se no presente imediato. A premeditação do futuro como espaço de resolução dos problemas do presente exige a passagem do discurso à ação, que significa dar forma e materialidade para fazer o futuro visível.
- 56 Após o anúncio de que finalmente Lucio Costa seria o responsável por dar diretrizes básicas para a ocupação da Barra da Tijuca, a campanha do JB seguiu insistindo que era necessário celeridade no processo. Afinal, quanto mais o governo retardasse a realização do futuro prometido, mais exposto aos perigos estaria tal futuro. Com a apresentação do plano piloto em 24 de abril de 1969, a medida ganhou formalidade jurídica com o Decreto-Lei nº 42, que trata da urbanização e saneamento da Baixada de Jacarepaguá e define a abrangência territorial do plano de urbanização. Antes do Decreto-Lei, o governo já havia decretado (Decreto “E” nº 1.114 de 11 de outubro de 1968), como medida cautelar, a suspensão dos licenciamentos de obras e loteamentos até a aprovação do plano de urbanização contratado para aquela área (Castro, 1977).
- 57 Uma campanha se constrói em torno de um problema. Constitui-se por uma racionalidade que correlaciona fatos e hipóteses, define discursivamente as questões em jogo e suas consequências, criando portanto um campo de intervenção. Funciona com um conjunto de procedimentos, com a definição de um roteiro narrativo do problema: avaliação, mensuração e resolução. Na avaliação em geral se mobilizam dados estatísticos, antecedentes históricos, se busca a opinião de um especialista no assunto como fonte de autoridade. A mensuração é o espaço de construção de hipóteses, onde se discutem as consequências do processo em termos de benefícios ou malefícios para coletividade, caso uma solução não seja apresentada. Há um pressuposto humanista que está baseado na ideia de um bem comum. A solução é, portanto, o desfecho. Como uma campanha se constrói numa dinâmica dialógica, a solução nem sempre está dada *a priori*. Ela pode nascer no processo de reafirmação de argumentos e amadurecimento de propostas. Uma vez apresentada, a partir dela se desdobram outros processos sociais e políticos. Nem sempre positivo, é claro.
- 58 A campanha é dialógica porque está baseada na avaliação constante das ações dos agentes envolvidos. É mobilizado um repertório acusatório/reivindicativo, por uma parte, e defensivo/explicativo, por outra. Estrutura-se, dessa forma, uma relação onde um lado busca convencer o outro, que em geral está numa posição de poder ou autoridade sobre a possibilidade de resolver o problema em questão. Inicialmente, o objetivo é convencer da importância do problema; com os desdobramentos da discussão, a retórica recai sobre a necessidade das medidas requeridas. Aponta-se um caminho.
- 59 Vimos como em meados dos anos 1960 havia um consenso em torno da necessidade de crescimento da cidade para as novas áreas. Orientado por uma ideologia da incorporação territorial, bem como pelo projeto de industrialização do Estado, o governo buscou abrir novas frentes de expansão urbana com a promoção de obras de

infraestrutura. A construção de rodovias e abertura de túneis representava a costura do espaço urbano.

- 60 Essas propostas do governo, no entanto, eram elementos de avaliação da opinião pública. Essas avaliações, embora sejam apresentadas como análises puramente objetivas, elas em geral se estruturam, nas margens das reportagens, a partir de série de relações mantidas entre o jornal com políticos, empresários, instituições etc. Dediquei uma parte da dissertação para analisar os usos do urbanismo por parte dos promotores imobiliários (Alves, 2020). Em resumo, o conjunto de metáforas espaciais e temporais mobilizadas pelo jornal foram incorporadas por empreendimentos imobiliários que surgiram a partir dos anos 1970, que reforçaram a realização na Barra da Tijuca de um estilo de vida moderno. A chancela desses empreendimentos eram os nomes de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, usados como marca da autenticidade da modernidade vendida. É um exemplo de como, afinal, a ideologia humanista dos urbanistas modernos é apropriada e vendida pelos promotores imobiliários como “estilo de vida” (Lefebvre, 2002, p. 139).
- 61 É certo que o Jornal do Brasil se beneficiou com as propagandas desses empreendimentos, que ocupavam páginas inteiras não só no JB, mas também em O Globo e em outros jornais que circulavam na cidade naqueles anos. Entretanto, a explicação de que a campanha do JB foi orquestrada *apenas* para prescrever interesses econômicos do mercado imobiliário me parece mecanicista e reducionista. Pelo menos na pesquisa que desenvolvi essa correlação não ficou explícita.
- 62 Embora um jornal se mantenha através de relações econômicas com outros agentes, existem outras instâncias de relacionamentos que colocam em jogo valores morais que orientam os produtores de notícias. É preciso pensar, também, que nem sempre uma pauta é construída para atender a interesses econômicos e políticos de um ou de outro. Há uma abertura nessa relação onde se inserem os interesses pessoais e profissionais do jornalista, sua visão de mundo como produtor de notícias, o que então complexifica a análise. Nesse sentido, em relação à campanha do JB pela urbanização da Barra da Tijuca, chama a atenção o depoimento do jornalista Israel Tabak, dado ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo (CCMJ) em 2008:
- [...] estávamos em uma campanha mostrando o caos urbano em uma área ainda pouquíssimo ocupada [...]. Por falta de um plano urbanístico, a Barra crescia completamente desordenada e nós, como jornalistas preocupados com a evolução da cidade, gritávamos contra isso. (CCMJ, 2008)
- 63 O mesmo jornalista escreveu algo parecido em 1971, avaliando o final do governo de Negrão de Lima:
- [...] Foi preciso antes, no entanto, que uma campanha da Editoria da Cidade do JORNAL DO BRASIL mostrasse o perigo a que estava exposta toda a região, que crescia desordenadamente e ameaçava se transformar numa nova Copacabana. Hoje o Plano Lucio Costa é conhecido em quase todo o mundo e toda a área ficou enormemente valorizada, em razão das características urbanas inéditas que assumirá quando os projetos começarem a ficar prontos. A autoestrada Lagoa-Barra, idealizada e projetada pelo Secretário de Obras, Sr. Raimundo Paula Soares, facilitará ainda mais a sua integração ao resto da cidade. (Jornal do Brasil, 14/3/1971)
- 64 Os dois textos citados são extraídos de fontes diferentes e foram elaborados em contextos distintos. O primeiro se apresenta como memória, é um depoimento do jornalista onde ele reconstrói sua trajetória profissional e destaca sua inserção no

Jornal do Brasil em 1966 como um fato decisivo. Era o JB que, naqueles anos, vinha se consolidando com um jornal moderno, após uma série de reformas internas e incorporação de novas técnicas, de reorganização a partir de editorias destinadas a tratar, de forma especializada, suas pautas (Abreu, 2002). Foi nesse período que se criou a Editoria de Cidade, da qual Israel Tabak, Luís Paulo Coutinho e José Gonçalves Fontes faziam parte (CCMJ, 2008).

- 65 O segundo texto foi escrito por Tabak no bojo das despedidas de Negrão de Lima do governo da Guanabara, em março de 1971. Nele, o jornalista destaca o plano piloto de Lucio Costa como “um marco” e chama a atenção para a importante atuação da Editoria de Cidade na consolidação desse projeto. O que há em comum entre os textos é o enquadramento dado pelo jornalista à campanha como expressão do compromisso profissional dele e de seus colegas de editoria diante da “desordem” e “ameaças” que comprometiam a região da Barra da Tijuca.
- 66 Não convém, da mesma forma, uma crença às cegas na postura ética desses jornalistas. Apresento esses argumentos de Tabak para indicar como o entendimento da campanha é polifônico, complexo e que, portanto, podem sugerir explicações diversas. Independente de qual explicação se ancore, prevalece o entendimento de que a campanha do Jornal do Brasil foi um movimento importante para conceituar a Barra da Tijuca como o futuro do Rio de Janeiro.
- 67 A relação do Jornal do Brasil com Negrão de Lima era ambígua. O jornal apoiou o candidato de Carlos Lacerda nas eleições de 1965, então opositor político de Negrão de Lima e de toda herança getulista. Apoiou também o regime militar instaurado em abril de 1964. No desenvolvimento da pesquisa não ficou claro, entretanto, uma oposição acirrada por parte do Jornal do Brasil em relação ao governo de Negrão de Lima à frente do Estado da Guanabara. Talvez pelo fato de a pesquisa ter se concentrado nas obras do governo e sobre as narrativas do JB sobre elas (que em geral legitimavam tais projetos), não permitiu observar outros aspectos para uma análise mais abrangente. A avaliação que o jornal fez dos dois primeiros anos da administração do governador, por exemplo, destaca positivamente a atuação da Secretaria de Obras como o órgão mais atuante do atual governo (Jornal do Brasil, 5/12/1967).
- 68 O jornal apresenta Negrão de Lima como um governador “de bem com todos”, que mesmo “Sem perder sua imagem de experiente pessedista mineiro”, mantinha boas relações com o partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na Assembleia Legislativa e com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na esfera federal. Segundo o jornal, seu governo recebeu apoio “em vários momentos” do marechal Costa e Silva, que manifestava contentamento com o governo do Estado da Guanabara. A postura maleável de Negrão de Lima, de acordo com o JB, expressava o “federalismo cooperativo” como um esforço de cooperação com a União e “realização de um bom Governo, garantindo a tranquilidade e a ordem, sem crises que perturbem a nação” (*Ibidem*). O jornal não deixa de informar, entretanto, que tal “federalismo cooperativo” era uma imposição, uma vez que “a vigilância é notória [nas] circunstâncias políticas atuais do País”. Era uma obrigação implícita do mandato, portanto, “manter as melhores relações com o Governo federal” (*Ibidem*).
- 69 A imprensa, como espaço avaliativo e propositivo do cotidiano da cidade, foi atuante na consideração sobre a ocupação da Barra da Tijuca. O jornal, como um produto cultural e símbolo da opinião pública, é um importante veículo de organização de assuntos gerais, abrangendo a dimensão local, nacional e internacional, dando destaque

às questões selecionadas como relevantes para o corpo social. Agrega jornalistas, intelectuais, políticos, entre outros agentes, para discutir questões da vida social, periodicamente. Esses agentes, cujas opiniões são requisitadas e publicadas nos jornais de acordo com a linha editorial de cada segmento, vocalizam “críticas topicamente definidas, capazes de problematizar publicamente a legitimidade das ações do Estado” (Perlatto, 2015, p. 123).

- 70 A periodicidade do jornalismo é um fator importante na dinâmica de avaliação da vida social. A insistência em uma pauta, o retorno a uma questão que tenha ficado em aberto e o acompanhamento diário das políticas do governo têm como pressuposto uma temporalidade sucessiva e ininterrupta, onde se imbricam o passado, suas consequências na avaliação do presente e os projetos e anseios de futuro. Diariamente, o jornalismo não apenas representa como constrói imaginários sobre o espaço urbano. De acordo com a orientação ideológica de cada veículo, de como apresenta, justapõe e destaca suas notícias, a narrativa sobre o cotidiano da cidade pode ganhar variados contornos, construindo uma esfera pública onde se mobilizam agentes que disputam seus interesses sociais, econômicos e políticos.
- 71 A campanha do Jornal do Brasil construiu simbolicamente a Barra da Tijuca como o futuro urbano do Rio de Janeiro. Diante da inevitável ocupação da região, a série de reportagens desse jornal problematizaram as consequências das obras rodoviárias do governo e colocaram em questão que modelo de ocupação se processaria naquela extensa área do Estado. Se a preocupação do governo era expandir o território, o Jornal do Brasil trouxe, baseado nos antecedentes históricos de crescimento da cidade, a necessidade de pensar o planejamento das áreas incorporadas ao espaço urbano.
- 72 No repertório mobilizado pelo JB para convencer o governo, planejamento, ordem e futuro são categorias indissociáveis. Como um projeto urbanístico não nasce no vazio social, deve-se ressaltar os sentidos atribuídos ao espaço por indivíduos, grupos e instituições (Gorelik, 2004). Meu argumento é que a campanha do JB criou expectativas sociais e promessas de futuro a serem realizadas na Barra da Tijuca, que uma vez concretizadas, marcariam uma nova condição urbana do Rio de Janeiro. O plano piloto apresentado por Lucio Costa em 1969 era baseado na legitimidade social de seu “gênio”, o traçado técnico de tal futuro (Alves, 2020).
- 73 Os conflitos gerados na dinâmica de realização do plano é outra história. Mostram que a realidade, permeada por uma série de agentes atuantes com seus interesses e projetos, é mais complexa do que a genialidade de qualquer urbanista pode prever em seus croquis. O que chama a atenção é como, 52 anos depois, agentes do mercado imobiliário que atuam na Barra da Tijuca insistem nas promessas de futuro do bairro para a cidade do Rio de Janeiro. As pesquisas realizadas no URBANO – Laboratório de Estudos da Cidade (UFRJ) mostram como construtoras e incorporadoras da Barra da Tijuca vêm reatualizando, de acordo com a conjuntura, as promessas desse futuro e sempre tem algo de novo a oferecer. Hoje, as disputas em torno da realização da Barra da Tijuca não dizem mais respeito à capitalidade ou integração da cidade, como almejava Lucio Costa. O interesse é reafirmar a alteridade urbana da Barra, promover um estilo de vida e fazer da região uma nova centralidade urbana (Frúgoli Jr. 2001) no Rio de Janeiro.
- 74 Por fim, a análise da campanha permitiu compreender que o espaço não é neutro, muito menos um dado objetivo da realidade. Sua delimitação, identificação, apropriação está atravessada por significados atribuídos e disputados no cotidiano da cidade por agentes individuais e coletivos. Os projetos urbanos estão circunscritos

social e historicamente, são baseados em conflitos e expectativas criadas em cada conjuntura, que desencadeiam, ao longo do tempo, camadas de urbanidades que expressam as intervenções sucessivas na cidade.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. “Sobre a memória das cidades”. *Revista da Faculdade de Letras*, v. 14, p. 77-97, 1998.

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Petrópolis: Editora Zahar, 2002.

ALVES, Rodolfo Teixeira. “O processo de construção, transformação e expansão da Barra da Tijuca para o futuro do Rio de Janeiro”. *Idealogando: revista de ciências sociais da UFPE*, v. 1, n. 2, p. 64-82, 2017.

_____. Entre o presente e o passado, o “futuro”: o processo de urbanização da Barra da Tijuca (RJ). Dissertação (Mestrado em Sociologia – com concentração em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CENTRO DE CULTURA E MEMÓRIA DO JORNALISMO. Israel Tabak. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://ccmj.org.br/acervo/conteudo/depoimentos>. Último acesso: 15 de abril de 2020.

BALTHAZAR, Ana Carolina Barreto. “O tempo da Barra da Tijuca: Concepções de passado, presente e futuro na narrativa midiática sobre o bairro”. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2020, p.77-94.

BEZERRA, Marcos Otavio. “Corrupção e produção do Estado”. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 14, n. 27, p. 99-130, 2017.

CASTRO, Maurício Amoroso Teixeira de. “Estudo resumido e documentado sobre a Baixada de Jacarepaguá”. *Estado do Rio de Janeiro*, Secretaria de Estado de Educação e Cultura, Conselho Estadual de Cultura, 1977.

CEFAÏ, Daniel. “Público, problemas públicos, arenas públicas...: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos estudos CEBRAP*, v. 36, n. 1, 2017, p. 187-213.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM. *Autoestrada Lagoa-Barra: Acesso ao Rio do Futuro*. Estado da Guanabara, 1970.

FRÚGOLI JR, Heitor. “A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial”. *Revista de sociologia e política*, n. 16, p. 51-66, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GORELIK, Adrián. *Miradas sobre Buenos Aires: historia cultural y crítica urbana*. Buenos Aires: Siglo XXI Ediciones, 2004.

_____. “A produção da cidade latino-americana”. *Tempo social*, v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico e 1960: Favelas do Estado da Guanabara. Estado da Guanabara, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=283652&view=detalhes>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

_____. *Atlas geográfico da Guanabara*. Estado da Guanabara, 1974.

_____. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Trad. Sergio Martins. Editora UFMG, Belo, 2002.

LEITÃO, Gerônimo. *A construção do eldorado urbano: o plano piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, 1970-1988*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

MOTTA, Marly. *Rio de Janeiro de cidade-capital a estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

MOTTA, Marly; MAUAD, Ana Maria. *Nos tempos da Guanabara: uma história visual (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo e Edições de Janeiro, 2015.

O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Petrópolis: Zahar, 2013.

O'DONNELL, Julia; ARAUJO, Marcella; CORTADO, Thomas. Apresentação ao dossiê Tempo, Espaço e Sociabilidades na Zona Oeste Carioca. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 13, n. 1, p. 1-5, 2020.

PATERMAN, Rachel. No princípio, a paisagem: identidade e transformações urbanas em projetos de Fernando Magalhães Chacel (1931-2011). Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

PERLATTO, Fernando. "Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira". *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 53, p. 121-145, 2015.

REZENDE, Vera. *Planejamento urbano e ideologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. *O Brasil republicano: o tempo da ditadura-regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* (Livro 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Petrópolis: Zahar, 2010.

Material de imprensa

O GLOBO. "Jardim da Barra".

O GLOBO. "Jardim Oceânico". Geral, Anúncio, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1956.

JORNAL DO BRASIL. "Vá hoje ao Recreio! (BR-6) da Recreio dos Bandeirantes Imobiliária S.A.". Classificados, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1956.

JORNAL DO BRASIL. “Anel Rodoviário vai casar o Rio como o progresso”. Caderno B, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1966.

JORNAL DO BRASIL. “Rodovia Rio-Santos ganha trecho de 3 quilômetros na Baixada de Jacarepaguá”. 1º Caderno, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1967.

JORNAL DO BRASIL. “Baixada de Jacarepaguá condenada aos erros da Zona Sul se não tiver planos”. Luís Paulo Coutinho, Rio de Janeiro, 1º Caderno, 12 de novembro de 1967.

JORNAL DO BRASIL. “SURSAN: A alavanca do progresso fez o Rio crescer 100 anos em dez. José Gonçalves Fontes e Luís Paulo Coutinho, Rio de Janeiro, 1º Caderno, 25 de novembro de 1967.

JORNAL DO BRASIL. “JB analisa dois anos do Governo de Negrão de Lima”. 1º caderno, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1967.

JORNAL DO BRASIL. “CEPEs têm planos mas pouco fazem em defesa do Rio”. 1º Caderno, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1968.

JORNAL DO BRASIL. “Rio deixa o problema para o futuro”. 1º Caderno, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1968.

JORNAL DO BRASIL. “Favelas na Barra”. Primeira página, Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1968.

JORNAL DO BRASIL. “Barra ganha sala para planejamento”. Primeira página, Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1968.

JORNAL DO BRASIL. “Omissão”. Editorial, Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1968.

JORNAL DO BRASIL. “Laet afirma que utilização turística subordina projetos na Baixada de Jacarepaguá”. 1º Caderno, Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1968.

JORNAL DO BRASIL. “Imprevidência”. Editorial, Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1968.

JORNAL DO BRASIL. “Lucio Costa planejará a Barra. Rio de Janeiro”. Primeira página, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1968.

JORNAL DO BRASIL. “Pé direito”. Editorial, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1968.

JORNAL DO BRASIL. “Fontes e Luís Paulo ganham prêmio com uma reportagem sobre o trabalho da SURSAN”. 1º Caderno, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1968.

JORNAL DO BRASIL. “No chão da Barra”. Editorial, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1969.

JORNAL DO BRASIL. “Roteiro do Rio (em construção) para os turistas”. Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1970.

JORNAL DO BRASIL. “Administrador nada teve a ver com o candidato”. Israel Tabak, 1º Caderno (Fim de Governo), Rio de Janeiro, 14 de março de 1971.

NOTAS

1. Pesquisa para dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (UFRJ) em fevereiro de 2020, com o título “Entre o presente e o passado, o “futuro”: o processo de urbanização da Barra da Tijuca (RJ)”. A pesquisa contou inicialmente com o apoio do CNPq e, no segundo ano, com a bolsa Aluno Nota 10 da FAPERJ.

2. A concentração demográfica, oriunda da migração de população em busca de trabalho nas grandes metrópoles do sudeste do país, tornou-se um problema público

de variados aspectos. Em números gerais, os dados censitários mostram que entre 1950 e 1970, a população recenseada quase que dobrou: eram 2.377.451 em 1950, 3.307.163 em 1960 e, em 1970, se estimava uma população de 4.315.746 (IBGE, 2010). Outro dado que chama a atenção e expressa a condição urbana do Rio de Janeiro nesse período é o crescimento de favelas e sua população: em 1950 o censo contabilizou 58 favelas com um total de 169.305 habitantes; em 1960, 147 favelas, com 335.063 habitantes (IBGE, 1960).

3. Os altos índices de ocupação demográfica e construtiva do bairro, que entre 1950 e 1960 observou 85% de crescimento populacional (Atlas Geográfico do Estado Guanabara, 1974), era um tema importante para a imprensa local e tema de trabalho acadêmico (Velho, 2010). Para Gilda C. I. de Souza Martins, considerando os dados do Atlas Geográfico, o “fantástico crescimento de Copacabana” correspondia ao “vertiginoso crescimento vertical [...] que possibilitou ao bairro tornar-se superpovoado” (Atlas Geográfico do Estado Guanabara, 1974).

4. A trajetória política de Francisco Negrão de Lima é extensa. Atuou, em 1947, como secretário de Administração do Distrito Federal; em 1951, passou a ocupar o cargo de Ministro da Justiça no governo de Getúlio Vargas, onde ficou por três anos. Foi prefeito do Distrito Federal em 1956. Como prefeito do Rio de Janeiro criou, em 1957, a Superintendência de Urbanismo e Saneamento (SURSAN) a partir do Fundo Especial de Obras Públicas. Em 1958 foi convocado por Juscelino Kubitschek para o Ministério das Relações Internacionais. Depois de chefiar o comitê nacional da candidatura de JK à presidência da república em 1963, elegeu-se governador do Estado da Guanabara

5. Nos últimos anos, a Zona Oeste do Rio de Janeiro como área de expansão da cidade vem se consolidando como um tema importante nos estudos urbanos. A publicação recente do dossiê “Tempo, espaço e sociabilidade na Zona Oeste carioca” é exemplo, pois reúne trabalhos dedicados a analisar, a partir do referencial teórico-metodológico das Ciências Sociais, o *boom* de empreendimentos e “e a visível alteração da paisagem natural e social” (O’Donnell, Araújo e Cortado, 2020), entre outros temas. Na região, a Barra da Tijuca tem despertado interesse as relações do mercado imobiliário com o poder público, que centralizam investimentos e obras de infraestrutura. Observa-se, a partir de uma perspectiva processual, as dinâmicas de construção, transformação e expansão que visam reiterar a Barra da Tijuca com uma nova centralidade urbana no Rio de Janeiro (Alves, 2017). As pesquisas sobre o bairro, que se concentram sobretudo no campo da Arquitetura e Urbanismo e Planejamento Urbano, priorizam os interesses econômicos dos agentes imobiliários na “produção de espaços residenciais seletivos” (Leitão, 1999) para as classes média e alta. Desses espaços, se destaca o condomínio fechado, tão característico na Barra da Tijuca.

6. Luís Paulo Coutinho era um jovem jornalista especializado em obras (Jornal do Brasil, 27/12/1967). Diplomou-se em Filosofia pela PUC-RJ em 1964, e em Opinião pública e Relações Públicas no ano seguinte. Três anos antes de terminar o curso de Jornalismo, foi convidado pelo seu professor, Alberto Dines, então Editor-chefe do Jornal do Brasil, para estagiar no jornal. Com 15 dias de estágio, foi promovido a repórter-auxiliar (ibidem). Era vinculado à Editoria de Cidade do JB. Coutinho ganhou o 1º concurso de reportagem promovido pelo DER em 1966 com o texto “Anel Rodoviário vai casar o Rio com o progresso” (15/12/1966). Em 1967, em razão dos 10 anos da SURSAN, Coutinho escreveu com José Gonçalves Fontes o texto “SURSAN - A alavanca do progresso fez o Rio crescer 100 anos em dez” (25/11/1967), premiado pela Superintendência. No mesmo

prêmio promovido pela SURSAN, Luis Paulo Coutinho recebeu menção honrosa por sua reportagem “Baixada de Jacarepaguá condenada aos erros da Zona Sul se não tiver planos” (12/11/1967).

RESUMOS

Neste artigo, debruço-me sobre a discussão feita nas páginas do Jornal do Brasil (JB), em meados dos anos 1960, a respeito do desenvolvimento urbano da Barra da Tijuca, bairro localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Argumento que esse jornal construiu, a partir de um conjunto de reportagens, o imaginário simbólico da Barra da Tijuca como o Rio do futuro. Tais textos mobilizaram uma retórica de acusação e interpelação do poder público requisitando, para a região, políticas urbanísticas. Há no cerne da argumentação das reportagens o anseio de modernização do espaço urbano do Rio de Janeiro, que caracteriza parte das expectativas sociais do contexto. Esses imaginários de futuro constroem materialidades no espaço, têm efeito social na medida em que engendram políticas e mobilizam o poder público.

This article examines the discussion made in the pages of Jornal do Brasil (JB), in the mid-1960s, about the urban development of Barra da Tijuca, a neighborhood located in the western portion of Rio de Janeiro. I argue that this newspaper built, based on a series of reports, the symbolic ideal of Barra da Tijuca as the Rio de Janeiro of future. Such texts mobilized a rhetoric of accusation and interpellation by the public authorities, requesting urban policies for the region. At the center of the reports' arguments is the desire to modernize the urban space in Rio de Janeiro, which characterizes part of the social expectations of the context. These ideals of the future build materialities in space, have a social effect insofar as they engender policies and mobilize public authorities.

ÍNDICE

Keywords: press, jornal do brasil, urban development, rio de janeiro, barra da tijuca

Palavras-chave: imprensa, jornal do brasil, desenvolvimento urbano, rio de janeiro, barra da tijuca

AUTOR

RODOLFO TEIXEIRA ALVES

Mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorando em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES.

E-mail: alves.rodolfot@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2687-9036>